



ESCOLA DO LEGISLATIVO
Câmara Municipal de Monte Mor

OS IMPACTOS DO COVID-19 NA EDUCAÇÃO

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**ESCOLA DO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MONTE MOR**

SUMÁRIO

Apresentação	3.
Introdução	3.
Impacto Nacional na Educação e o que podemos aprender com os outros países	4.
Ações do MEC diante a crise	8.
Panorama sobre a oferta de Atividades Educativas de Forma Remota durante a quarentena	9.
Referências	11.

I - APRESENTAÇÃO

Título: Impacto do COVID-19 na Educação.

Organização Responsável
Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Monte Mor - ELEMOR
Rua Rage Maluf, nº 61, Monte Mor

A Escola do Legislativo de Monte Mor – ELEMOR, no intuito de levar o conhecimento aos servidores e cidadãos, bem como, participar de forma efetiva na busca de políticas públicas para resguardar os direitos de todos os cidadãos apresenta seu material para a live sobre “Os Impactos do Coronavírus na Educação”.

II – INTRODUÇÃO

A pandemia de coronavírus 2019-2020 afetou os sistemas educacionais em todo o mundo, levando ao fechamento generalizado de escolas, universidades e faculdades. Em 12 de abril de 2020, aproximadamente 1,716 bilhão de alunos foram afetados devido ao fechamento da escola em resposta à pandemia. Segundo o monitoramento da UNESCO, 188 países implementaram fechamentos em todo o país e 5 implementaram fechamentos locais, impactando cerca de 99,4% da população estudantil do mundo.



ESCOLA DO LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Monte Mor

III – IMPACTO NACIONAL NA EDUCAÇÃO E O QUE PODEMOS APRENDER COM AS EXPERIÊNCIAS DE OUTROS PAÍSES

Conforme artigo publicado na Folha de São Paulo pelo coordenador da área econômica do Banco Mundial para o Brasil, Rafael Muñoz, que já trabalhou para a instituição na Ásia e na África, a principal atenção está nos desafios impostos aos sistemas de saúde, é claro, mas os sistemas de educação também são diretamente afetados: em pouco mais de três semanas, cerca de 1,5 bilhão de estudantes em pelo menos 174 países ficaram fora da escola em todo o mundo.

No Brasil, todas as escolas estão temporariamente fechadas e provavelmente continuarão assim por algum tempo. Como podemos aprender com as experiências de como os outros países estão lidando com isso?

Fechar temporariamente as escolas, além de proteger crianças e jovens, reduz as chances de que eles se tornem vetores do vírus para sua família e comunidade, sobretudo para os idosos e demais grupos de risco, visto que em grande parte dos lares brasileiros há convívio entre eles.

Porém, o fechamento das escolas pode significar a interrupção do processo de aprendizagem principalmente para crianças com alta vulnerabilidade. A ausência de interação entre estudantes e professores rompe o processo de aprendizagem e se a pandemia durar muitas semanas, não será possível recuperar o tempo perdido quando as escolas reabrirem. Também se eleva o risco de aumentar as taxas de abandono escolar, especialmente entre os alunos de famílias em situação de alta vulnerabilidade. Isso poderia trazer uma queda significativa no nível de capital humano futuro.

A interrupção das aulas também afeta a rede de proteção social. Muitas crianças têm na merenda escolar a única refeição regular e saudável. Da mesma forma, muitas mulheres, por serem frequentemente as principais responsáveis pelo cuidado infantil, acabam por ficar sobrecarregadas ao acumularem trabalho e cuidado dos filhos em tempos de pandemia.



ESCOLA DO LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Monte Mor

Para lidar com o fechamento das escolas e mitigar os impactos negativos na vida dos estudantes, a maioria das secretarias estaduais e municipais do Brasil tem tomado diversas medidas, que incluem ensino à distância e a distribuição de alimentos para as famílias dos estudantes. O governo federal anunciou semana passada que a carga horária deverá ser cumprida, mas não necessariamente nos tradicionais 200 dias letivos.

Quando olhamos para as estratégias adotadas pelos países para lidar com o fechamento temporário vemos que o foco tem sido dado na educação à distância, não somente via Internet, mas por outros canais como TV, rádio e materiais impressos.

Independentemente do meio escolhido, a substituição de aulas presenciais por aulas a distância deve considerar a enorme desigualdade de acesso a ferramentas de aprendizagem virtual que existe no Brasil, incluindo a infraestrutura e familiaridade dos professores com as ferramentas tecnológicas de aprendizagem a distância existentes anteriormente.

Outras desigualdades devem ser também consideradas, como o nível socioeconômico dos pais, diferenças significativas de conectividade entre as regiões brasileiras e entre os meios rural e urbano. Esta assimetria também pode ser observada entre escolas privadas e públicas.

Uma implementação efetiva e equitativa do ensino a distância deve considerar todos esses aspectos. Por exemplo, enquanto a China, que já possui uma robusta estrutura de conectividade, tem sido bem-sucedida na oferta de ensino a distância, países com baixa cobertura de Internet, celulares ou televisões, como o Vietnã, têm tido dificuldade para avançar nessa agenda.

A capacidade e experiência de professores e gestores no uso da tecnologia para aprendizagem é um fator crítico. A Espanha, por exemplo, solicita aos professores que preparem o conteúdo e ofereçam aulas online. Em Singapura, formações estão sendo oferecidas para docentes sobre como desenhar estratégias pedagógicas para ministrar aulas através da Internet. A evidência brasileira mostra que mesmo em estados com mais

recursos e com mais escolas com acesso à Internet, muitos professores possuem pouca familiaridade com o uso da Internet no ensino.

A expansão do ensino a distância exige planejamento para evitar uma exacerbação das desigualdades de aprendizagem dentro e entre as redes de educação. Uma transição repentina para ensino a distância em escala sem considerar a capacidade das escolas em ofertar aulas de qualidade e a dos alunos em ter a estrutura e o apoio necessários para absorver este material tende a reforçar as já elevadas desigualdades de aprendizado no Brasil.

É crucial o apoio efetivo aos docentes na transição para o ambiente de ensino a distância, com formação continuada e uso de instrumentos de monitoramento das atividades realizadas pelos alunos.

Além disso, as ações devem considerar distintos caminhos de ensino a distância com aulas virtuais por meio da Internet, TV, rádio, além da distribuição de materiais impressos para os alunos. Os gestores também podem considerar formas de habilitar a conectividade e o acesso a dispositivos que já estão disponíveis nos domicílios, como celulares, ou computadores e tablets.

Para a educação a distância ser mais ágil, efetiva e equitativa na aprendizagem seria importante se concentrar na utilização de aplicativos já existentes para celulares e incentivar o compartilhamento de informações.

Também seria importante focar em aplicativos e plataformas que melhor se adequem ao contexto educacional e social de cada região, e trabalhar em parcerias com provedores de internet locais pode ajudar a reduzir custos de disseminação dos materiais pedagógicos.

Ciclos de formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos e diretores podem ajudar a estruturar aulas que promovam o engajamento dos estudantes a distância.



ESCOLA DO LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Monte Mor

Incentivar o envolvimento dos pais na educação dos filhos é outro ponto fundamental para mitigar os impactos nocivos da pandemia na aprendizagem. Chamadas de conscientização em rádio e televisão, reforçando a importância do apoio dos pais na aprendizagem dos filhos, pode ser uma boa estratégia.

Ainda que pareça cedo para isso, é importante iniciar também o planejamento das ações pós-pandemia de forma a mitigar possíveis desigualdades sociais e de aprendizado geradas pelo confinamento, além de ações de busca ativa dos alunos que não retornarem para a escola.

É importante estabelecer estratégias para reabertura das escolas considerando zonas de maior ou menor risco e criar protocolos de higienização dos espaços antes da sua reocupação pelos estudantes.

Em termos pedagógicos, é crucial avaliar quais práticas do ensino a distância podem ser mantidas após a reabertura das escolas, se beneficiando da estrutura posta em funcionamento durante a pandemia.

Também é importante estabelecer ações centralizadas em grupos de risco, como jovens com alto risco de evasão e famílias com alta vulnerabilidade social, além de dar suporte a famílias carentes para reduzir o choque econômico derivado da pandemia que, também, afeta o retorno das crianças à escola.

Neste momento em que a educação se reorganiza para enfrentar a crise, quem sabe possamos tirar várias lições sobre como assegurar educação de qualidade com aprendizagem para todas as nossas crianças e jovens.

**Coordenador da área econômica do Banco Mundial para o Brasil, já trabalhou para a instituição na Ásia e na África.*

***Esta coluna foi escrita em colaboração com André Loureiro, economista sênior do Banco Mundial, e Ildo José Lautharte Junior, economista do Banco Mundial.*

IV – AÇÕES DO MEC.

Segue as ações do MEC em resposta à crise .

Calendário escolar

Foi publicada em 2 de abril, Medida Provisória que dispensa as escolas de educação básica e as instituições de ensino superior de cumprirem o mínimo de **200 dias letivos anuais**, regra prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No ensino fundamental e médio, tanto nas escolas públicas e privadas, a medida vale desde que sejam realizadas a carga horária mínima anual de 800 horas aula/ano – abrindo espaço para que a contagem seja cumprida por aulas não presenciais.

EAD liberado

A substituição das aulas presenciais pela modalidade a distância, autorizada em 18 de março, vale por 30 dias – ou enquanto durar a pandemia. Para aderir ao modelo, a IES deve comunicar o Ministério da Educação através de ofício ou de demanda no e-MEC.

Cursos técnicos

O Ministério da Educação também autorizou a suspensão ou adoção de atividades não presenciais, por 60 dias, pelos cursos técnicos de nível médio das instituições federais. A medida foi publicada em 6 de abril.

Medicina dentro

A flexibilização nos cursos presenciais foi publicada na Portaria nº 343 – e vetava a participação dos cursos de Medicina. Contudo, a portaria nº 345 autorizou a EAD para “disciplinas teóricas-cognitivas do primeiro ao quarto ano do curso”.

Estágio na área da Saúde

Para ajudar o atendimento de pacientes com coronavírus, o MEC autorizou que os estudantes dos dois últimos anos do curso de Medicina e do último ano dos cursos Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia realizem o estágio obrigatório em unidades básicas de saúde, redes hospitalares e unidades de pronto atendimentos. Como estímulo ao voluntariado, os alunos receberão uma pontuação de 10% nas provas de residência.



ESCOLA DO LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Monte Mor

Formatura antecipada

O MEC ampliou a antecipação da colação de grau dos estudantes de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, desde que eles tenham completado pelo menos 75% da carga horária do período de internato médico ou estágio

supervisionado. Na portaria anterior, publicada no dia 06 de abril, a medida era exclusivamente para os estudantes que fossem atuar no combate ao coronavírus.

Videoconferência

O MEC ampliou a capacidade de webconferências em universidades e institutos federais. O ensino superior público passa a contar com 15 salas de encontros síncronos com 75 alunos cada.

V - PANORAMA SOBRE A OFERTA DE ATIVIDADES EDUCATIVAS DE FORMA REMOTA DURANTE A QUARENTENA.

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) realizou, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Fundação Lemann, a pesquisa *Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para ensino remoto*.

O estudo teve respondentes de 3.032 secretarias de educação de todo o Brasil, dos quais 3.011 municipais (54,5% do total nacional) e de 21 secretarias estaduais (77,8% do total nacional). O formulário on-line, respondido entre os dias 24 e 26 de março, apresentou 15 perguntas divididas entre as seguintes temáticas:

- normativa específica frente à Covid-19.
- estratégias de aprendizagem frente à Covid-19 e fase de implementação.
- acompanhamento remoto de presença e avaliação de aprendizagem dos estudantes.
- tecnologias já utilizadas/em uso nas redes de ensino

Dessa forma, conforme publicado pelo CEIB em seu site, "o cenário retratado pelo levantamento é desafiador. Embora 2.520 secretarias municipais (84% dos respondentes) já tenham emitido normativas específicas –



ESCOLA DO LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Monte Mor

a maior parte delas determinando a suspensão das aulas presenciais ou o adiantamento de férias ou recesso escolar –, 63% ainda não orientam sobre qual estratégia de ensino remoto deve ser adotada neste período. Por ora, as principais diretrizes aplicadas pelos municípios têm sido a disponibilização, via

redes sociais, dos seguintes conteúdos para que os estudantes acessem em casa:

- Envio de materiais digitais pelo professor aos estudantes da sua turma (18,9%)
- Envio de orientações genéricas via redes sociais para que seus estudantes acessem em casa com apoio de livros didáticos (12,4%)
- Disponibilização de videoaulas gravadas pelos professores e enviadas aos estudantes pelas redes sociais para que eles assistam em seus aparelhos em casa (7,45%)

Para os alunos que não têm equipamentos ou conectividade em casa, 6,4% das secretarias municipais vêm disponibilizando material impresso (apostilas, livros didáticos e/ou outros) com atividades a serem realizadas pelos estudantes.”

“Já no âmbito estadual, 40% das secretarias participantes afirmaram contar com um processo mais estruturado sobre como irão proporcionar a aprendizagem remotamente, elegendo plataformas on-line, disponibilização de videoaulas gravadas via redes sociais e compartilhamento de materiais digitais via redes sociais como estratégias prioritárias.”

Conforme o site, outro ponto de atenção é que mais de 85% das secretarias respondentes, tanto estaduais quanto municipais, não sabem ainda como farão o registro de presença nem a avaliação de aprendizagem dos estudantes sobre este período. Este é um ponto fundamental para garantir a equidade da educação como direito a todos os alunos, além de acompanhá-los sistematicamente no desenvolvimento de suas habilidades e conhecimentos. É importante destacar, também, que a minoria das secretarias municipais (7,7%) e 20% das secretarias estaduais preveem o cumprimento de carga horária letiva durante o período de suspensão das aulas.

“Os dados da pesquisa evidenciam uma grande diferença na prontidão das redes públicas de educação em lidar com a suspensão das aulas presenciais e a importância de uma ação coordenada de estados e

municípios”, ressalta o gerente de educação da Fundação Lemann, Lucas Rocha.

“Os dados coletados pelo CIEB servirão de base para a construção de novos materiais de apoio e ferramentas específicas que serão disponibilizadas on-line e gratuitamente a todas as secretarias de Educação do Brasil. “Com isso, buscamos apoiá-las de forma ágil e objetiva para que coloquem suas estratégias em prática imediatamente, garantindo o direito à aprendizagem dos seus estudantes”, finaliza Gabriela Gambi, gerente-executiva do CIEB.

Referências:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Impactos_da_pandemia_de_COVID-19_na_educacao

<https://nacoesunidas.org/artigo-a-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao/>

<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/acoes-mec-coronavirus/>

<https://cieb.net.br/pesquisa-analisa-estrategias-de-ensino-remoto-de-secretarias-de-educacao-durante-a-criese-da-covid-19/>

Juliana Bertucci Tasso

Coordenadora

Bruna Sayuri Silva Ferreira

Secretária

Márcio Ramos

Equipe de Apoio

Monique Barrenha

Equipe de Apoio